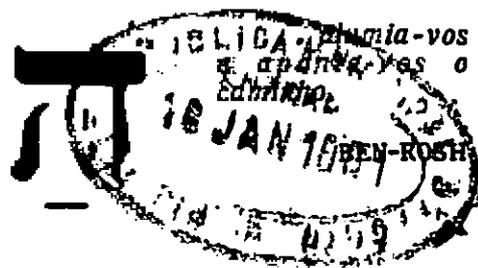


*Tudo se ilumina
para aquele que
busca a luz.*

BÊN-ROSH



(HA-LAPID)
O F A C H O



DIRECT. E EDITOR — A. C. DE BARROS BASTO (BEN-ROSH)
Redacção na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim
Rua Guerra Junqueiro, 340 — PORTO

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA MODERNA, L.DA
Rua da Fábrica, 80
PORTO

ESBOÇO DUMA DOCTRINA JUDAICA

por DAVID BERMAN

Rabi da Comunidade de Bruxelas

PRIMEIRA PARTE

Fundamento da Doutrina Judaica

CAPÍTULO I

A santidade

«A santidade, dizia o falecido Rabi-mor Zadoc Kahn (Sermons et Alloc. tomo I, pág. 57)— eis o primeiro e o último termo da moral israélita». A ideia de santidade resume, com efeito, toda a vida judaica: é ela que explica a sua armação cultural e ritual como as suas concepções éticas e filosóficas. O judaísmo apresenta esta originalidade por relação aos cultos pagãos de ter percebido, para além dos artificios do sagrado oposto ao profano, a realidade de santidade oposta à vulgaridade, à lealdade, à baixeza da vida. Como existe uma estética da forma e dos sentidos, ele afirma que existe uma beleza da vida, uma ordem de valor para a conduta humana.

Toda a vida judaica está assim regida: o fiel deve manter-se num certo nível de santidade: a pureza; ele deve fugir desta decadência que é a impureza, e esforçar-se por conquistar este valor superior: a santidade.

CAPÍTULO II

Em que consiste a Santidade

Quais são os actos que conduzem à santidade, e quais são os que afastam dela? Não se trata de estabelecer um inventário de tudo o que pode ser cumprido na vida, e de repartir em duas colunas correspondentes a estas duas classes de factos: «Nós sabemos agora, duma maneira geral, quais são os deveres do homem para consigo mesmo e para com os seus semelhantes. Mas qual será contudo a regra constante e invariável que nos guiará no meio das complicações da vida e das contradições que muitas vezes ferem o nosso coração? Porque não é preciso dissimulá-lo, o dever não é sempre fácil de conhecer, e apesar das luzes da razão e a voz da consciência, ele apresenta por vezes circunstâncias delicadas, difíceis, onde a alma mais honesta e a mais firme hesita e se perturba, onde as trevas parecem tornar-se densas à volta de nós e o chão fugir debaixo dos nossos passos. Qual será pois, ainda uma vez, a medida

pela qual nós poderemos reconduzir as nossas acções. o facho que permitirá nos orientar?» (Zadoc Kahn, Serm. et Alloc. tomo I, pág. 70). Num espírito semelhante, Spinoza dizia (Ética, Livro IV, T. XIV): «Se o verdadeiro conhecimento do bem e do mal pode reprimir uma paixão, isso não será tanto como verdade, mas ela própria é considerada como uma paixão». Só, com efeito, o sentimento nos pode guiar na moral, como ele nos guia na arte: a santidade é na vida moral o que o gosto é na vida estética. Por falta de poder definir o bem com a precisão do método científico, a religião procura fazê-lo atingir pelo sentimento: como a arte, ela não dá regra absoluta; ela inspira, aconselha e guia.

Nisso é preciso contudo que ela entregue a nossa vida moral à descrição do nosso juízo.

Ela põe em relevo os casos importantes que conduzem à santidade ou que afastam dela.

Doutrina da vida e não de escola, ela define as coisas não dum ponto de vista abstracto mas baseando-se sobre a observação da vida corrente.

«Não façais como as populações no meio das quais ides viver, — disse Moisés aos Hebreus, na véspera da sua penetração na Terra Prometida — não sacrifiqueis os vossos filhos sobre o altar de Moloch; não vos prostitueis; não vos deiteis com animais; habituai-vos a distinguir entre o que é limpo e o que não o é: sede santos... respeitai pai e mãe, a honra e a vida do vosso próximo, os velhos, os fracos e os infortunados; tende piedade dos desgraçados; sede honrados, equitativos e generosos; tende horror ao roubo, à mentira, à velhcaria; fugi dos maus sentimentos (ódio, vingança, rancor); em duas palavras, buscai tudo o que favoreça a vida entre todos os homens e evitai o que a pode contrariar». (Lev. XIX, e seguintes).

Na época do Talmud (cinco primeiros séculos da era cristã), os sábios de Israel recomendam mais especialmente o sustento dos pobres, a visita aos doentes, a consolação aos aflitos, a sepultura dos mortos. Segundo o tempo e as circunstâncias, é preciso assinalar certos actos e passar por cima de outros. Em tempo de guerra ou de perturbações sociais não se poderia

actuar com a mesma mansidão que em tempo de paz; nas sociedades onde o trabalho está bem organizado, a caridade não saberia procurar os mesmos benefícios como naquelas onde as forças de actividade ficam sem emprego contra a sua vontade.

Segundo as necessidades do momento, o próprio termo santidade deve evoluir: enquanto que a Bíblia se esforça de o tornar tangível aos rudes beduinos do deserto pelas ablações, imersões e sacrifícios, os sábios do Talmud contentam-se em recomendar aos seus discípulos o acto meritório (miçvah), e de lhes inspirar o afastamento do acto degradante (awetah). Hoje os nossos termos também evoluíram: nós distinguimos actos nobres, correctos, vulgares e vis. Mas, a despeito da transformação dos termos e das matizes que lhes correspondem, o mesmo sentimento que guiou os antigos continua a guiar-nos hoje em saber que há actos que podem ou devem fazer-se, e que há outros que se não podem fazer. E se a apreciação que nós fazemos sobre cada um deles pode sofrer modificações de detalhe segundo o desenvolvimento da nossa vida, as grandes linhas ficam eternas. A má vontade pode criar distinções fictícias, mesmo em presença dum código perfeitamente explícito: há um sentido que não engana o homem de bem, assim como o gosto não engana o artista ou o sentido dos negócios não engana o comerciante, é o sentimento da santidade. E todo o esforço da doutrina judaica será de o fazer penetrar no coração dos seus adeptos.

CAPÍTULO III

Realidade do sentimento de santidade

Se é incómodo de explicar a razão científica deste sentimento, nós podemos contudo constatar a sua existência e o seu poder. Nós não sabemos demasiado o que é electricidade e contudo servimo-nos dela todos os dias. Os grandes espíritos do judaísmo, que se esforçaram para encontrar um fundamento racional para este sentimento, não puderam pôr-se de acordo para indicar um que seja reconhecido por todos. Mas a diversidade das suas explicações nada prova contra o próprio ideal: ela prova que o seu valor é independente das

nossas hipóteses, e que ele nos eleva apesar de tudo e à nossa razão para um fim superior a nós próprios. O que é que conduz o desenvolvimento da semente para a planta? Do embrião para o animal? Que é que impele o homem a elevar-se acima da animalidade, e a restringir a sua vida física em proveito da sua razão e da sua consciência? O filósofo pode tentar obter algumas razões pela análise: a razão profunda nos escapa. Mas, há em nós sentidos que não nos enganam; como o amor maternal, como o gosto do corcel para a onda pura, como a atracção da criança de mama para o seio, o sentido da santidade nos impede para um fim certo; como a célula humana se deve desenvolver no sentido da formação do homem, assim este se deve desenvolver no sentido do espírito divino. «O valor da vida, — diz W. James (a Vontade de Crer) — reside na persuasão que a ordem natural, longe de ser definitiva, não é senão um sinal, uma imagem, um aspecto dum universo mais complexo, onde as forças espirituais e eternas têm a última palavra».

CAPÍTULO IV

Como a ideia de santidade penetra a vida judaica

O sentimento de santidade é despertado e cultivado nos corações judeus por

um conjunto de actos que constituem as práticas da vida judaica. Graças a uma vasta rede de ritos simbólicos a santidade cerca o fiel durante toda a sua existência, de manhã à noite, dum fim da semana ao outro, do começo ao fim do ano nascimento à morte.

É aí o papel da oração diária, das leis alimentares, das três festas e das diferentes cerimónias que cercam a nossa existência, como a circuncisão, a promoção à dignidade de Bar Miçvah (pessoa responsável), o casamento, sem disto excluir a morte.

De tempos a outros, a reserva de santidade é renovada pela colaboração de dias especialmente destinados a este efeito: o Shabath, no período semanal; os Dez dias de Exame de Consciência, cujo ponto culminante é o Jejum de Kipur, no ciclo do ano.

Santidade em exercício, santidade geradora, é nestas duas categorias que se encontram repartidas as práticas da vida judaica. Nós as reencontramos repartidas formando um todo homogéneo, nos ciclos semanal e anual; quanto ao ciclo da vida, que podia ser regulado, o momento de regenerar a santidade é deixado à faculdade dos fiéis, que podem escolher o momento de o fazer: «Teshuvah» (o exame de consciência). Nós consagramos a segunda parte deste esboço a examinar o exercício da santidade em cada um destes três ciclos da vida humana.

(Continua).

SALMO CXXXVII

Chegados a um rio, em Babilónia,
Descansamos ali naquelas margens
A chorar sobre Sião com saudades!

Penduramos as harpas nos salgueiros,
Embora os que nos tinham feito escravos
Desejassem ouvir os nossos cantos.

Haveis de nos cantar, diziam eles,
Que nos tinham trazido à viva força,
Cânticos de Sião, cantai-nos hinos.

Mas, de balde pediam; que em verdade
Havíamos de nós cantar, chorando,
Cânticos do Senhor em terra estranha!

Tu não nos passas nunca da memória
Santa Jerusalém! Se te esquecermos,
Deus permita que os braços se nos tolham.

Que a língua se nos prenda de maneira
A nunca mais articular palavra!
Se um dia te riscarmos da lembrança.

Tu és o nosso único desejo!
Sempre, Jerusalém, em todo o tempo
Serás a nossa única alegria.

Senhor lembrai-vos dos que já passaram
Aí em Jerusalém ditosos dias...
São os filhos de Edom que te suplicam.

Gritem de balde os nossos inimigos,
Seja arrazada pelos alicerces
E não lhe fique pedra sobre pedra.

Abençoado aquele que te pague,
Perversa Babilónia, na moeda
Em que pagaste ao povo israelita.

Abençoado aquele que algemados
Te arranque do regaço os tenros filhos
E em cima de uma pedra os esmigalhe.

Tradução livre, em verso pelo poeta João de Deus, no seu livro «Campo de Flores».

UMA GRANDE DAMA JUDIA DA RENASCENÇA

GRACIA MENDESIA — NASSI

POR ALICE FERNAND-ALPHEN

(CONTINUAÇÃO DO N.º 146)

Porisso entre os Maranos e a Inquisição uma longa luta que durou três séculos e foi marcada, dum lado, por uma fidelidade obstinada às tradições familiares, do outro, por delações muitas vezes injustificadas e por cruéis medidas de repressão.

Por as razões mais fúteis, pela denúncia do primeiro vindo, eles eram submetidos às piores torturas. As fogueiras estavam sempre preparadas para consumir os infortunados que uma imprudência ou uma traição entregavam aos rigores do Santo Offício.

Não é precioso acreditar que na nossa época todos os Maranos tenham desaparecido. Há alguns anos apenas, em 1925, um engenheiro, enviado ao Norte de Portugal para explorar uma concessão mineira, descobriu, completamente por acaso, nas províncias de Trás-os-Montes e da Beira, milhares de famílias Maranas, na maior parte aldeãos e operários iletrados; depois de mais de dois séculos, terem perdido todo o contacto com o judaísmo.

Apesar disto, eles observam a Páscoa e Kipur e as suas orações pelos mortos se aproximam muito das do culto judeu-ortodoxo; mas as outras solenidades religiosas, menos ainda que o hebreu, a circuncisão, as leis alimentares, são completamente esquecidas. Facto notável; é pelas mulheres velhas, pelas avós, que se perpetua a tradição; só elas conhecem as orações e as recitam perante a assembleia reunida para celebrar as festas religiosas; só elas transmitem às suas filhas o seu saber em matéria litúrgica; é pois graças a elas que nós assistimos a este curioso fenómeno de famílias portuguesas, ainda conscientes da sua origem judaica quatro séculos depois que os seus antepassados sofreram o baptismo. A situação mudou desde 1925; há hoje duas comunidades oficialmente reconhecidas pelo governo português em Bragança e no Porto. Esta última cidade é o centro

religioso e intelectual dos Maranos, que regressam ao judaísmo, secundados, neste assunto, pelas comunidades sepharditas (isto é de ascendência espanhola ou portuguesa) de Inglaterra. Poucos acontecimentos passaram mais despercebidos e contudo poucos são de natureza a interessar mais a história que este episódio último do duelo inigualável entre Israel e a Inquisição.

Isto nos oferece edificantes motivos de meditação.

Os judeus estavam estabelecidos em Espanha, desde a época romana, talvez mesmo anteriormente; pois antes dos Visigodos e dos Mouros.

Os Visigodos foram geralmente tolerantes, pelo menos até ao século VII, em que se produziram conversões forçadas e mesmo ameaças de extermínio, sob a influência dos bispos.

Sob o domínio mussulmano, isto é, durante 400 anos, os judeus espanhóis conheceram uma era de igualdade cívica, de liberdade religiosa e de irradiação intelectual; médicos, astrónomos, poetas, filósofos, eles chegaram a altas situações no exercício dos cargos oficiais. A longa guerra contra os mussulmanos, que entregou a Espanha à Cruz, não mudou nada a este estado de coisas. Judeus e Maranos, nas províncias reconquistadas, foram tratados com cuidado, e os príncipes cristãos encontraram neles um precioso apoio no decorrer da luta contra os Sarracenos.

Esta tolerância pareceu perigosa ao Papado; no XIII e XIV séculos, os massacres tornaram-se frequentes, e é então que as conversões se multiplicaram. «Convertos» ou Maranos, formaram uma nova classe da população.

Quando da exaltação de Fernando o Católico e de sua mulher, a rainha Isabel, em 1474, um «converso» lhes expôs que

SEPHARDIM

O nome « Sepharad » é encontrado no livro de Obadiah, v. 20, e com toda a probabilidade, significaria mesopotâmia. Em tempos, contudo ele foi usado para Espanha, porquanto todos os Judeus cujos ascendentes viveram na Península Ibérica, adoptaram o nome Sephardim.

Apesar de este nome derivar principalmente de um país, ou província esta denominação tem outras características tanto da liturgia como de tradições de grupos específicos de judeus.

Nós sabemos, por acaso, que todas as grandes comunidades Sephardi que existiram nos Balcãs consistiam não somente de descendentes dos exilados de Espanha, mas também dos Judeus que viveram lá desde os primeiros dias do segundo templo. Como os últimos, é claro, aceitaram a cultura, a liturgia e as tradições dos Judeus de Espanha, nesse tempo muitos se chamaram Sephardim.

O mesmo se pode aplicar aos Judeus do Norte de África, onde os exilados de Espanha foram em menor quantidade, mas eles tiveram a habilidade de impor a sua liturgia e tradições na maioria da Comunidade pela razão da sua superior cultura e conhecimentos.

Como a liturgia dos Judeus da Babilónia — agora IRAK — foi aceite nas principais cerimónias pelos Judeus de Espanha, e como havia um vivo intercâmbio entre os rabis da Babilónia e os de Espanha, as duas comunidades tornaram-se, tanto quanto a liturgia se pode avaliar, muito semelhante.

Apesar do facto dos Judeus Iraquianos sempre se considerarem Sephardim historicamente falando isso, não pode estar correcto, pois unicamente poucos exilados de Espanha chegaram a Babilónia.

Isto aplica-se também aos Judeus do Egipto, Síria e outros países do Médio Oriente.

Os Judeus YEMENITE, porém, vieram sob uma categoria diferente. Nem por tradição, nem por liturgia, eles são afins dos Sephardim, e definitivamente nem por históricos pontos de vista.

A sua pronúncia do Hebraico em virtude de terem vivido numa província Árabe, aproximada à pronúncia Sephardi, que também teve a influência Arábica. Apesar de, os Yemenites terem-se sempre considerado unidos aos Sephardim mais do que aos Ashkenazim, eles nunca reclamaram ser Sephardim.

Os Judeus de Itália apresentam-se numa particular categoria de si próprios. Eles estiveram sob ambas as influências dos Sephardim e Ashkenazim, e eles também, pela pronúncia que aceitaram e pelos seus usos, consideram-se estar mais perto do grupo de Judeus Sephardim do que do grupo Ashkenazi. No entretanto eles desejam ardentemente pertencer a um grupo especial. — ITALKI.

RABI SOLOMON GAON

Haham da Spanish & Portuguese
Congregation de Inglaterra

Franciscanos e Dominicanos tornariam para o futuro a existência impossível para os judeus. Roma teria querido introduzir em Espanha uma Inquisição que fosse bem para ela, a Inquisição pontifical; mas isto não fazia o negócio dos « Reis Católicos » que queriam ficar senhores das perseguições e confiscações. Uma bula de Sixto IV, em 1478, criou a Inquisição espanhola, sob as ordens do rei; quatorze anos mais tarde, em 1492, o rei Fernando lançou o Édito de expulsão de todos os judeus do reino que não aceitavam o baptismo. Estes

últimos, bastante numerosos, aumentaram o número dos Maranos e ficaram submetidos à terrível jurisdição inquisitorial; centenas de milhares se expatriaram, dirigindo-se para Itália, Provença e países mussulmanos; mas o maior número dos exilados de Castela, cerca de 120.000, alcançaram Portugal.

Quantos destes infortunados pereceram de miséria, de peste sobre as estradas do exílio ou foram vendidos como escravos? Jamais o saberemos.

(Continua).

O JUDEU

(CONTO)

POR FERNANDO ALBERTO PIMENTEL

Ele morava ali perto, mesmo à beira da grande fábrica, num recanto de arvoredos que enquadrava a sua humilde barraca feita de madeiras e de latas velhas. De dia andava esmolando, umas vezes perto, outras vezes bem longe, tão distante que ninguém sabia por onde andava. Mas o certo era que, ao cair da tarde, o velhote, o judeu, que tal era a sua raça, conhecido por Abraão, aparecia, e arrimado ao cajado, mirando o chão, as pedras da rua, porque já não podia andar erecto e se deslocava até à porta da fábrica; e, num gesto automático, porque desde há muito o fazia, estendia a mão aos operários, que, sorridentes, ao bater das cinco, saíam em torrente, falando sobre coisas variadas e pueris, tal como crianças azougadas após a última aula. E, embora fosse alvo dos mais variados chistes, de piadas e perguntas brejeiras, o judeu permanecia imóvel, e nos seus lábios delgados e descorados aparecia a bailar um sorriso de bondade, um sorriso suave, até o José António, que antes de lhe entregar a esmola tinha invariavelmente este dito:

— O que tu queres é aguardente, não é, judeu?

E ele algumas vezes murmurava, sem perder o seu sorriso:

— Sabe-se lá, sabe-se lá!

Depois de colher as esmolas, ia para a porta da choupana e apareciam então as crianças, a quem ele na sua fala doce e melodiosa cofiando as suas «barbas cor de linho», contava histórias que eram o encanto e o passatempo da criança. E tal era o hábito daqueles garotos que, mal ouviam o apito da fábrica, às cinco horas, logo iam de corrida procurar o judeu. Era um encanto vê-los. O quadro tinha poesia; no meio o judeu e de volta, acorados, os miúdos atentos. Enquanto o velho ia falando, aqueles seus olhos cinzentos, esperotos como dois ratinhos, adquiriam ainda mais brilho, tinham a luminosidade arrebatante das formosas tardes de Maio...

Quando viera para ali, ainda era rapaz, ainda o seu corpo se mostrava erecto e os

seus braços fortes para trabalhar. Não casara. Vivia então para o trabalho, vivia para a sua fábrica, que, quando ele envelheceu e se tornou fraco, o mandou embora. Os seus vizinhos clamaram que era uma injustiça, todos lhe queriam dar amparo e, quando as vozes se erguiam contra a injustiça praticada para com o judeu, ele, resignado, com os olhos mais luminosos do que antes, e voltados não se sabe em que direcção, replicava:

— É a lei da vida. Eu hoje, vocês amanhã!

Vira a grande fábrica erguer-se, vira, com os olhos rasos de água, a triste debandada daqueles que moravam — que tinham as suas cabanas — nos terrenos que a fábrica ia invadindo com as suas linhas rectas, as suas chaminés fumegantes, que manchavam a claridade quase transparente do céu.

Quando, nessa tarde, ele viu os últimos partirem com os trastes às costas, ele, sentiu-se só, avaliou quão triste e solitária era a sua vida. Estava sem amigos, as suas forças haviam desaparecido e valia-se do cajado para caminhar. Então voltou-se para as crianças, criou-lhes amizade, sentiu-se respeitado e venerado e, no seu íntimo, quando à noite recordava os acontecimentos do dia, pensava:

— Ainda valho para algo!

A todos metia espécie o que ele fazia ao dinheiro que angariava; e, ao perguntarem-lhe como o empregava, o velhote, o Abraão, retorquia com espanto:

— Que faço eu ao dinheiro? Que pode fazer ao dinheiro uma pessoa que o não tem?

Mas, mesmo assim, ninguém acreditava nele.

E murmuravam:

— É esperto, não cai. Vê-se que é judeu.

A meio do Inverno, a fábrica fechou. O seu apito não tocou mais todas as manhãs e o Abraão deixou de ver os operários saírem, «alegres, como em Junho, um bando de pardais», para os encontrar todos os dias com as faces carregadas, os

J U D E U S

por CARLOS NEVES

olhos mortiços, uns passeando de mãos nos bolsos, outros na taberna, todos eles avassalados com a tragédia que surgira. Havia fome.

Uma tarde, o Abraão resolvera dar um passeio, aquecer-se ao sol morno daquele dia de Fevereiro. Também ele andava triste, não por os operários não lhe darem esmola, mas sim por os ver também tristes.

Seus passos levaram-no ao jardim que havia próximo e ali ficou, quando, de súbito, ouviu vozes perto de si. Aprontou-se para escutar.

— É como te digo Manuel. Não sei o que hei-de fazer, sinto vontade de acabar de uma vez para sempre com este fadário, com esta amargurada vida.

— Não desesperes, homem, replicou o outro. Pode ser que apareça alguém com coração que te dê o dinheiro para comprares os remédios para a criança.

— Quem é que o fará, inquiriu o José António?

— Eu!

E o judeu surgiu na frente dos dois homens.

— Tu? Ora deixa-me rir!

— Juro que falo verdade, tornou o judeu. E sacou de um dos bolsos do casaco estarrapado um saquinho. Aqui o tens.

— Não quero, tu és pobre, volveu o José António, ainda não refeito da surpresa.

— Deves aceitá-lo, porque ele também é teu, volveu o judeu estendendo o saco.

Os dois homens ergueram-se e deram o braço ao judeu.

— Vês, olha se eu fizesse como tu dizias, tinha bebido aguardente e agora não te valia.

— Desculpa, Abraão, aquilo era a brincar...

— Também eu nunca pensei que fosse a sério.

E os três sumiram-se entre o arvoredor. Os olhos do judeu, naquela tarde, tinham mais fulgor, eram mais luminosos como as tardes de Maio, serenos como as águas dos lagos e o azul do céu...

De *A República* — Lisboa, 6-1-1946.

Na varanda do meu quarto de hotel, sobranceiro ao famoso Tâmega, nesta Amarança encantadora, terra de filósofos como Teixeira de Pascoais e de pintores como António Carneiro, acabo de ler as últimas páginas vivas e sugestivas do livro do meu querido amigo e camarada dr. Manuel Luís Rodrigues «Os Judeus na Palestina». Sinto-me oprimido pelo sofrimento desse povo nómada que ao fim de tantos anos ainda lhe é negado o direito de ter uma Pátria. Os meus olhos vagueiam pelas terras férteis desta terra pródiga. Os vinhedos galgam os montes em socalcos. Vejo na minha frente, dorso nu, ofegantes, os pioneiros judeus, na conquista da terra que os árabes não souberam ou não quiseram aproveitar. Vejo-os construindo os socalcos da «Aldeia das Uvas», uma das granjas colectivas, tão bem descritas por Manuel Rodrigues e lembro-me, quando era pequeno, de ver na terra dura do Alto Douro, os trabalhadores, que tudo dão à terra e tão-pouco dela recebem, não por culpa da terra mas dos seus senhores, erguer os muros desses socalcos para transformarem num mar de verdura produtiva o que pouco antes era apenas um monte de terra e pedra. Sinto a árdua luta desses judeus lavradores, devotados à terra, conquistando-a, não para recolher dela apenas os frutos saborosos, mas para edificarem uma pátria.

Quedo-me a pensar nesse povo desventurado que há longos anos vem expiando um crime que não foi o seu crime, mas dos senhores que então detinham o poder e recearam o Homem que surgiu a proclamar a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade.

Depois os meus olhos poisam nos jornais do dia e leio com espanto que na Inglaterra, essa nação que se bateu para acabar com um regime trágico — o nazismo; — essa nação que mostrou ao Mundo que esse mesmo regime assassinara seis milhões de judeus; essa nação que sempre defendeu o princípio da igualdade das raças, estava a assaltar casas de judeus, a agredir judeus em plena rua. Qual foi o seu crime afinal? Serem irmãos de raça

MEMÓRIAS

da Literatura Sagrada dos judeus portugueses desde os primeiros tempos da Monarquia até fins do Século XV

MEMÓRIA I

POR ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS

(CONTINUAÇÃO DO N.º 147)

(Os Códigos Alemães tinham caracteres, que imitavam os Góticos, e eram tortuosos, e grosseiros como se vê nas primeiras edições alemães de Livros Hebraicos, e nas Bfblas Hebraicas de Munster. Já notou estas coisas Ricardo Simão na sua Indagação crítica, p. 10).

As letras iniciais eram iguais às outras maiores não ajuntavam o Targum ao Texto, nem a cada verso, mas o punham ao lado, e em caracteres menores. Daqui vinha a muita elegância e polimento, de que eram gabados os Ms. Bíblicos de Espanha e Portugal sobre todos os italianos, alemães e levantinos. (Este é o juízo, que deles faz o Abade Banier na *Prefacção* à obra da *História geral das cerimónias de todos os povos*, p. 46, e com ele conforma o de muitos outros cristãos, e também judeus mui versados nestes estudos).

E pelo que toca a Portugal é certo, que muito nisto se esmeravam os Judeus Portugueses. Dos Ms. que ainda hoje restam, se pode coligir, quanto era a perfeição de seus códigos. Primorosos são por sua grande elegância, e polimento, segundo atesta João Bernardo de Rossi, os dois có-

digos Ms. Lisbonenses do Pentateuco de 1473, e de 1480; o Eborense do mesmo Pentateuco de 1495; e o outro Lisbonense dos Profetas menores de 1470 (Ao primeiro chama Rossi *Elegantissimus Codex*, ao segundo e terceiro *Nitissimus Codex* ao quarto *Pulcherrimus Codex*, tom. 1 das *várias lições do testamento velho nos Códigos Ms. da Colação* de Kennicott, p. LXXXIX n. 520, p. LXXXVIII n. 548, p. LXXXIX, e nos *Códigos Ms. que se devem acrescentar à Bíblia do Autor*, p. CIX n. 411). A Bíblia que possuía D. José Abarbanel em Veneza no século XV escrita em Lisboa de que já falamos era de uma estremada perfeição, que maravilhava a todos. (Manuel Aboab a viu, e dela fala com muito pasmo na parte segunda da sua *Nomologia* c. XIX, p. 218, e seg. Ali mesmo atesta haver em nossa Espanha muitos Ms. Bíblicos de raríssima perfeição, e que subia a tanto a estimação que se fazia deles, que por uma Bíblia correcta, e de boa letra se davam cem escudos de ouro, e às vezes mais).

(Continua).

de meia dúzia de desvairados que lá longe, na Palestina, mataram dois sargentos britânicos, como represália pelo enforcamento de três judeus.

Doloroso espectáculo a que o Mundo assiste. Quando a guerra acabou todos nós suposemos que a famosa Carta do Atlântico reforçada em S. Francisco pelo voto de vinte e uma nações, diria aos povos o direito de escolherem livremente os governos e os regimes que mais lhes con-

viesses e que garantia o estabelecimento de pátrias livres, verificamos que os mesquinhos interesses ainda dominam o Mundo.

Mas como os Judeus da Palestina que desbravam a terra e conquistam o deserto, todos nós devemos lutar para que a Humanidade seja mais alguma coisa do que uma sociedade comercial que só pensa no lucro dos seus negócios.

Da Flor do Tâmega — Amarante, 10-8-1947.